

“(DES)CAMINHOS” AFRICANOS E A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NO BRASIL

Selma de Fatima Vanderley¹
Maria Valéria Barbosa²

Resumo:

Este trabalho objetiva revisitar histórias de resistências do povo negro no Brasil. Para tanto, perpassa aspectos do início do tráfico transatlântico de pessoas entre África e Brasil e o processo de escravização no Brasil até a abolição. Em seguida, apresenta fatos acerca das resistências do povo negro ao longo dos séculos de escravidão, visando compreender os processos de luta e os apagamentos históricos desses processos. Para a construção do presente artigo foram realizadas revisões bibliográficas em obras de autores como Maestri (1984), Reis (2019), Moura (1986), Munanga (1999) e outros, buscando sistematizar os conhecimentos dos autores sobre a temática ao descrever momentos e fatos que marcaram essa história e que representa relevante significado na luta por vez e voz da população negra.

Palavras-chave: Escravização; Negros; Resistência.

Introdução

No transcorrer de mais de 500 anos de história, pós descobrimento, vários fluxos migratórios contribuíram para a formação social, política, econômica e cultural do país. Entretanto, o que marcou secularmente e ainda hoje repercute significativamente na estrutura social do país foi a diáspora africana. Este trabalho pretende, portanto, revisitar histórias de resistências do povo negro no Brasil.

Inicialmente, buscou-se revisitar alguns aspectos da relação que o Brasil estabeleceu com o continente africano quanto ao comércio de pessoas escravizadas e o caminho percorrido até o período da abolição. Em seguida, ampliar o conhecimento acerca das histórias de resistências do povo negro ao longo dos séculos de escravidão, visando compreender os processos de luta e os apagamentos históricos desses processos.

Para a construção do presente artigo foram realizadas revisões bibliográficas buscando sistematizar os conhecimentos dos autores sobre a temática ao descrever momentos e fatos que

¹ Doutoranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, selma.f.vanderley@gmail.com

² Doutora pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista - UNESP, valeria.barbosa@unesp.br;

marcaram essa história e que representa relevante significado na luta por vez e voz da população negra.

Conhecer o reposicionamento protagonista da população negra contra os silenciamentos e a abissal desigualdade social e racial que compõe o país, na luta por liberdade no período da escravidão e direitos na pós-abolição se faz urgente nos dias atuais, buscando as verdades da história e desmistificando o conteúdo eurocêntrico difundido na formação escolar de grande parte da população brasileira.

“(Des)caminhos” africanos

“Antes da chegada dos europeus, a maior parte dos povos africanos estava organizada em reinos independentes, mas não isolados do mundo externo” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 40).

Da necessidade das potências europeias encontrarem rotas alternativas para o Oriente, favorecida pela aquisição de tecnologias que auxiliaram a expansão marítima, tais como o conhecimento astronômico, bússolas, compasso, entre outros, a ocupação e exploração do território africano tiveram início no século XIV e se estenderam até o século XIX.

Nesse período, a riqueza de uma nação estava associada à acumulação de metais preciosos (ouro e prata) e a exploração das colônias por parte de nações europeias baseava-se na acumulação desses capitais. Dessa maneira, o tráfico negreiro também se tornou fonte de capital, gerando lucros às nações colonizadoras na medida em que se apresentava como forma de exploração de mão de obra nas colônias das Américas.

Apesar de a escravidão no continente africano remontar à presença islâmica, século VII, esta se caracterizava como de pequeno porte, para uso doméstico. Contudo, a escravidão atingindo a dimensão de comércio foi empreendida pelos europeus a partir da expansão marítima, com o estabelecimento do mercantilismo em um esquema organizado por sociedades comerciais. Os escravizados eram vistos como mercadorias.

Segundo Visentini, Ribeiro e Pereira (2014, p. 51), a chegada ao Brasil da primeira leva de africanos ocorreu em 1538, perdurando até 1850, onde estima-se que 40% do total de escravizados desembarcados no continente americano vieram para o Brasil.

A imprecisão dos dados relativos ao tráfico legal e a estimativa para os números de contrabando impede um censo confiável. Todavia, sugere-se que cerca de 10 milhões de homens e mulheres foram levados da África pelo tráfico atlântico. Ressalta-se que o número de homens escravos foi imensamente superior ao de mulheres.

Em razão da diversidade de povos e culturas presentes no continente africano, os europeus, aproveitando-se das divergências e guerras entre os diferentes grupos, providenciavam o envio dos vencidos em guerra e/ou capturados e aprisionados para a América.

Segundo Maestri (1994) os africanos escravizados que desembarcavam na colônia morriam em poucos anos devido às condições de exploração terríveis a que eram expostos e novos cativos iam suprindo esses trabalhadores precocemente ceifados pela brutalidade do trabalho e da vida a que eram submetidos.

Nas senzalas da cana residiam dezenas de escravos, que podiam chegar às centenas, com frequência presos pelos pés e braços, deitados em chão de terra e em péssimas condições de higiene - como ter numerosos escravos era sinal de prosperidade e abastança, o senhor preferia quantidade a qualidade. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 87)

Maestri (1994) destaca que o curto prazo de vida da maioria dos escravizados e a contínua renovação desses trabalhadores por outros cativos trazidos do continente africano, que desconheciam a realidade de onde desembarcavam, com diferentes religiões, etnias e linguísticas, dificultavam a organização de luta e consciência antiescravista. Assim, era impossível a organização de movimentos contra a instituição escravocrata, principalmente quando os demais grupos não senhores de escravizados dependiam da escravidão, seja direta ou indiretamente.

O ‘descaminho’ de povos do continente africano que foram escravizados ocorreu por mais de trezentos anos, “[...] o Brasil foi uma nação de torturadores e torturados. Castigar fisicamente o trabalhador era direito e um dever senhorial, reconhecidos e apoiados pelo Estado e pela Igreja” (MAESTRI, 1994, p. 88).

Na obra *Os quilombos e a rebelião negra*, o autor Clóvis Moura (1986, p. 96) destaca que,

[...] a Igreja Católica (ela própria proprietária de escravos) procurará, quer na escravidão nordestina do chamado ciclo do açúcar, quer na mineira ou paulista, montar um aparelho ideológico capaz de dar aos escravos as *razões* de por que estavam em cativo e, aos senhores, racionalizar a violência do opressor.

Importante observar que a Igreja desempenhou um importante papel na legitimação da escravização dos povos africanos que, a partir da ação dos jesuítas, preteriu a escravização de indígenas que eram objeto do processo de evangelização e dessa maneira, segundo a Igreja, deixavam a condição de selvagens ao serem submetidos à evangelização. Para a Igreja, os

indígenas se tornavam iguais/humanos após serem evangelizados, enquanto os africanos ainda eram tidos como mercadoria.

O caminho percorrido no processo de libertação dos escravizados foi longo, perpassando e repercutindo também pelas transformações no cenário internacional. Nas décadas finais do século XVIII ocorreu a independência dos Estados Unidos, na sequência, em 1791, a revolta dos escravizados de Saint Domingue que, em 1800, culminou com a independência do Haiti. Segundo Cardoso (1990, p. 122), a independência do Haiti

[...] se ligou de perto aos efeitos da Revolução Francesa, iniciada em 1789, sobre o mundo colonial. Pela primeira vez no Mundo Novo, embora em caráter transitório, a escravidão negra foi abolida nas colônias francesas entre 1794 e 1802. [...] O tráfico de escravos seria abolido pioneiramente, em 1807, pela Inglaterra. Essa última, desde meados do século XVIII, conhecia os primórdios da revolução industrial.

A partir da revolução industrial, a Grã-Bretanha passou a se interessar pela África de outro modo, enquanto fornecedor de matéria prima e assim, passou a pressionar o governo de Portugal e outras nações escravistas pelo fim do tráfico negreiro. Nos anos de 1820, com a crise na produção da cana de açúcar e esgotamento das minas, Dom Pedro I aceitou o tratado proposto pelo governo inglês que condicionou o reconhecimento da Independência do Brasil ao fim do tráfico de negros.

Paralelo a esses acontecimentos, a produção cafeeicultora que se desenvolvia no centro-sul do país requiritava mão de obra escrava, o que fez a continuidade ilegal do tráfico de cativos mesmo após 1820. Somente em 1850, com a ameaça da Marinha Inglesa de prender os tumbeiros brasileiros, que o Parlamento Imperial aplicou a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia e combatia o tráfico de escravos no Brasil (MAESTRI, 1994).

Findada a possibilidade de mais cativos serem trazidos do continente africano, os produtores de café buscaram a aquisição de escravizados dentro do país, das zonas que decaíram na utilização de mão de obra escrava como o Nordeste e Minas Gerais, na produção de cana-de-açúcar e ouro, respectivamente. Essas regiões, antes dependentes do modelo escravista, tiveram que desenvolver outras formas de subsistência e passaram a não depender somente do trabalho dos escravizados.

Internacionalmente, o crescimento da oposição à prática da escravidão é marcado pelos interesses comerciais da Inglaterra, no início do século XIX. Mais à frente, juntamente a essa oposição internacional, as opiniões internas antiescravistas (de ramificações da sociedade e não somente dos escravizados e libertos) ocorre no início dos anos de 1860, quando surgem as primeiras vozes abolicionistas, porém, levaram ainda quase duas décadas para que essas vozes

começassem a ganhar força e homens livres e escravizados lutassem juntos contra a instituição escravocrata (MAESTRI, 1994).

Anterior a essa pressão e organização mais ampla da sociedade, os africanos escravizados e seus descendentes combatiam com suas formas de resistência, porém, estas se davam de maneira isolada.

Desafios e resistência do povo negro no Brasil

Apesar das dificuldades de uma organização geral dos cativos, Maestri (1994, p. 96) aponta que sempre houve, por parte dos escravistas, o medo de insurreições, de uma sublevação dos escravizados, pois “suas vidas e privilégios dependiam do controle das massas escravizadas”.

As reações dos escravizados contrárias às condições desumanas a que eram submetidos se davam de várias formas, como “[...] resistência ao trabalho, suicídio, justicamento, fuga, formação de quilombos, insurreições, etc” (MAESTRI, 1994, p. 90). As práticas de religiões de matrizes africanas e da capoeira também podem ser entendidas como mecanismos para se oporem ao sistema.

Os quilombos, por exemplo, eram formas coletivas de resistência. Clóvis Moura (1986, p. 17) descreve que “o fenômeno não foi circunscrito a uma área, mas pontilhou todo o território brasileiro durante o período que a escravidão existiu”. O Quilombo de Palmares, formado no século XVII, foi o maior e mais importante, com cerca de vinte mil habitantes, representou a “maior resistência social, militar, econômica e cultural ao sistema escravista” (MOURA, 1986, p. 48), resistindo às tentativas de eliminação no período de 1630 a 1695.

Os grupos religiosos também exerceram papel importante na resistência conforme nos traz João José Reis, na obra *Ganhadores – a greve negra de 1857 na Bahia*, na qual aborda sobre a primeira greve urbana no âmbito da história do trabalho, que parou todo setor essencial da economia urbana e foi realizada contra o Estado³. Na referida greve dos ganhadores - libertos ou escravizados -, apesar das divisões entre devotos de Alá, Orixá ou devotos de santos católicos, a religiosidade estava entrelaçada entre seus adeptos numa troca e isso permitiu que os escravizados e libertos urbanos circulassem pelos diversos ambientes religiosos.

Em torno desses diversos núcleos de expressão espiritual os africanos aperfeiçoaram suas estratégias de negociação, resiliência e resistência cotidianas e, em alguns casos

³Referindo-se a organização política daquele período anterior à República, no Regime Imperial, cuja divisão do país era por províncias.

– por exemplo, de alguns grupos islâmicos –, decidiram romper com o cotidiano por meio da insurreição.

[...]

[...] Foi assim em 1835, quando escravos e libertos muçulmanos filiados à nação nagô, os chamados malês, muitos deles parceiros de trabalho, planejaram, mobilizaram e fizeram em Salvador a mais espetacular rebelião escrava urbana no Brasil. Ao lado deles lutaram nagôs não islamizados e alguns muçulmanos de outras nações. Significados religiosos, étnicos e de classe convergiram para tornar possível o levante (REIS, 2019, p.71-72).

O autor traz ainda a música que pode ser entendida como forma simbólica de resistência. Os chamados ganhadores ou escravos de ganho na Bahia a cantavam em língua africana, podendo caracterizar um momento de afirmação das origens, lembranças e também protestos. Essas canções poderiam falar sobre maus tratos, críticas a escravidão, entre outros temas do cotidiano vivenciado. Reis (2019, p. 76) destaca que,

As canções que animavam aqueles trabalhadores podiam ajudar a aliviar o peso do fardo sobre seus ombros, mas lhes aliviavam acima de tudo o espírito, permitindo prosseguir, afirmar sua humanidade, não desesperar e, por um certo ângulo, atalhar a coisificação subjetiva implícita no projeto escravocrata de considerá-los coisa a ser comprada, vendida, hipotecada, doada, alugada, simples máquina de trabalho.

Inúmeras foram os mecanismos que os africanos encontraram para conseguir alcançar alguma espécie de “liberdade” dentro da instituição ou mesmo resistir a ela. O costume, a língua africana, as religiosidades, a negociação de alforrias, a organização dos cantos no meio urbano.

Importante lembrar que havia certa diferença entre a escravização nas fazendas e na área urbana, principalmente no que tange as condições de trabalho, que nas fazendas eram mais degradantes e, quanto ao meio urbano, os escravizados apesar de propriedade de seu senhor, tinham uma transitoriedade nas cidades que também lhes abriam mais possibilidades de convívio e organização com outros escravizados e/ou libertos. Todavia, a exploração se dava em ambos os espaços.

A referida obra de João José Reis, além de apresentar outras formas de resistência, diríamos cotidianas, no espaço urbano, tem como objeto de análise uma ação objetiva e concreta que é a greve a que o título do livro faz referência, bem como também faz alusão a outro episódio importante na história de luta do povo negro, a Revolta do Malês, em 1835. Ambos os movimentos ocorreram na cidade de Salvador, Bahia.

A Revolta dos Malês, organizada por grupos de africanos escravos e libertos, que seguiam principalmente o Islamismo - muitos deles alfabetizados no idioma árabe - tinha cunho político e religioso, de combate a escravidão e a imposição da religião católica. Outras revoltas

eclodiram ao longo do século XIX, demonstrando a insatisfação dos africanos, escravizados e libertos, com o sistema.

Durante o período escravista no Brasil até a abolição, os africanos escravizados buscaram, mesmo com as limitações que a estrutura do sistema impunha, resistirem à instituição. As formas de resistência estiveram, desde o início, inseparáveis da escravidão sob várias formas e níveis de importância no processo de lutas contra a instituição escravocrata. Para Clóvis Moura (1986, p. 95), “O papel dessas lutas foi o de desgastar social, econômica e psicologicamente a classe senhorial”.

No que tange às movimentações abolicionistas, Maria Helena Machado (1994) aponta que desde o início da década de 1880 os setores abolicionistas do meio urbano começaram a penetrar nas fazendas, buscando estabelecer pontos de contato entre os escravizados das fazendas e a movimentação que aquietava as cidades. Nestas, outras vozes se levantavam contrárias à “[...] uma política emancipacionista e imigrantista na condução de uma transição conservadora e impermeável às transformações” cujo debate se dava na “questão premente do abastecimento de braços e da feição mestiça da população brasileira” (MACHADO, 1994, p. 17).

O descontentamento de setores da população com os destinos da sociedade se expressou em projetos reformistas e ideias radicais sobre a abolição. Segundo esta autora,

[...] Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas, foram aspectos do transbordamento do movimento abolicionista das cidades em direção às fazendas (MACHADO, 1994, p.17).

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p.13) destacam que a abolição foi

[...] Resultado de um ato do governo, mas sobretudo da contínua pressão popular e civil, a Lei Áurea, apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam.

A abolição (1888) pôs fim a um período de exploração e desumanização dos povos africanos e seus descendentes que, quando libertos, no entanto, não tiveram garantia de cidadania, não existiram medidas que lhes garantissem a ascensão social. Houve somente uma mudança de estatuto, de propriedade privada do negro para o negro liberto.

Segundo Olívia Santana (2020, informação verbal) “O país se ergueu em cima de uma alvenaria racista muito pesada” e Orlando Silva (2020, informação verbal) acrescenta que “Ao

longo dos séculos de escravidão, o racismo deixou raízes muito profundas, que se converteu numa tecnologia de dominação.”

O fim de século XIX foi marcado, além do fim do regime de trabalho escravo no Brasil, último país a abolir a escravidão em 1888, pela Proclamação da República, em 1889, com a implantação de um novo sistema para a sociedade. Nesse ínterim, no âmbito que dizia respeito ao povo negro, um dos desafios que se colocava então era a respeito da “construção de uma nação e de uma identidade nacional” (MUNANGA, 1999, p 51).

O autor acrescenta que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se pautava à época no racismo científico, este atribuía um lugar de inferioridade intelectual à população negra.

Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 1999, p 51).

Dessa maneira a abolição não superou a exclusão, estigmatização, violência que perpassaram a vida dos negros no Brasil. Permaneceu na sociedade a visão de inferioridade que as teorias raciais brasileiras, vigentes anteriormente nos meios acadêmicos europeus e, utilizadas/aplicadas no Brasil em fins de século XIX e início do XX, defendeu e difundiu. Segundo Giralda Seyferth (1996, p.42) “A idéia de raça construída sobre hierarquias denotando desigualdade dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil.

A respeito das teorias raciais, Lilia Schwarcz (1993, p. 16) expõe que,

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.

Na obra de Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, o autor aborda as principais teorias raciais buscando esclarecer sobre o mito da democracia racial e a dificuldade de mobilização dos movimentos sociais em razão da divisão de negros e mestiços e da alienação do processo de identidade de ambos. Consequência esta do conteúdo simbólico e político da ideologia do branqueamento.

O autor afirma que para a maioria dos intelectuais havia uma inferioridade da raça não branca, sobretudo a negra. Na referida obra, Munanga analisa a ideia desses principais

pensadores, que abordamos concisamente aqui a fim de contextualizar os desafios enfrentados pelos povos africanos e seus descendentes, mesmo após a abolição: para Silvio Romero a mestiçagem seria o caminho para uma nação branca; João Batista de Lacerda os considerava inferiores, onde negros, índios e mestiços desapareceriam em um século; Nina Rodrigues considerava negros e índios incapazes, onde raças cruzadas estão degradadas, diferente de Silvio Romero, ele via o enegrecimento da população e defendia códigos penais diferentes para negros e brancos; Euclides da Cunha defendia a ideia de que a mestiçagem entre raças superiores e inferiores apaga as qualidades das primeiras e faz reaparecer das últimas; para Alberto Torres, a nação era feita de diversidades raciais e culturais e o problema no Brasil estava na “inadequação entre a realidade do país e as instituições tomadas de empréstimo das nações antigas, o que resulta na alienação da realidade nacional.” (MUNANGA, 1999, p. 61); Manuel Bonfim criticou a política populacional brasileira, por haver abandonado os ex-escravizados, apontando que o problema estava na falta de habitação e educação, sendo necessário atender a instrução popular. Francisco José de Oliveira Viana acreditava na existência do mulato inferior (fenótipo mais próximo ao negro) e do mulato superior (fenótipo mais próximo ao branco).

Viana é um dos grandes protagonistas da construção da ideologia racial brasileira, caracterizada pelo ideal do branqueamento que Oracy Nogueira teve mais tarde o mérito de configurar como preconceito de "marca" ou de "cor" em oposição ao preconceito de "origem", baseado numa gota de sangue, vigente nos Estados Unidos (MUNANGA, 1999, P. 71).

Munanga observa ainda que, posterior à ideologia do branqueamento, Gilberto Freyre, na década de 1930, consolida o mito da democracia racial, ao defender que a mestiçagem (negros, brancos e indígenas) gerou um povo sem barreira, sem preconceito. Freyre operou a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura, dando à mestiçagem um valor positivo e não negativo sob o aspecto da degenerescência, como apontando nas teorias anteriores. Segundo Munanga (1999, p. 80) o mito da democracia racial,

[...] tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

O alcance dessas teorias pode ser visto em vários âmbitos, a exemplo na política imigrantista, como apresenta Giralda Seyferth (1996, p.46) ao abordar aspectos do racismo na política de imigração para ocupação de terras devolutas no Brasil.

Apesar da condenação explícita do escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, e o significado mais imediato de "trabalho livre" é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes de agir por iniciativa própria - pressupondo, portanto, que fracassariam como pequenos proprietários.

A autora acrescenta que, para os que pregavam as teorias racialistas, preocupados com a construção de um 'tipo nacional' (o tipo branco), "os imigrantes bons para colonizar e povoar são brancos europeus com tendências assimilacionistas" (SEYFERTH, 1996, p.55).

Encerramos esse retorno às teorias raciais, que se faz importante para a compreensão dos desafios postos ao povo negro nos vários âmbitos - trabalho, renda, propriedade da terra, de acesso e garantia de direitos, com o apontamento da mesma autora:

Guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros "bárbaros" e os índios "selvagens" se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias. (SEYFERTH, 1996, p. 43)

Desenhava-se a famosa pirâmide social. As teorias raciais que perpassaram o período da escravidão (sobretudo século XIX) e predominantes até a década de 1930 são obstáculos que repercutem até os dias atuais, quando serviu de base científica para a construção de uma sociedade estruturalmente racista. Ao inferiorizar os negros, alegando incapacidade, buscando meios para alcançar uma nação branca (incentivo a imigração), e, posteriormente (década de 1930) negar a existência do racismo no Brasil, propagando a existência de harmonia entre as raças (Gilberto Freyre), amenizou as desigualdades econômicas, políticas e sociais. As teorias racistas estão assim imbricadas nas relações de dominação e poder e, apesar de terem sido reconhecidas, não foram ainda superadas.

A resistência e luta do povo negro seguiu pelo século XX e ainda são necessárias em pleno século XXI. O preconceito, o racismo, a discriminação, que sustentam os processos de exclusão e desigualdade social, violando e negando direitos de cidadania são constantes no cotidiano e perpassa toda a vivência dessa população nos diferentes espaços.

Avanços foram alcançados, o empoderamento agregou novas vozes e as tecnologias amplificaram a luta, mas, ao mesmo tempo as formas de opressão também avançam, com ideologias que chegam ao poder e escancaram o racismo e outras formas de discriminação.

Considerações

Os povos africanos trazidos para o Brasil e seus descendentes foram submetidos a mais de três séculos de escravidão e, depois de libertos, estiveram marginalizados na sociedade por mais um século ainda, até que no final da década de 1990 o presidente Fernando Henrique Cardoso assumisse que o racismo está presente na sociedade brasileira e, só então, passou-se a buscar de forma mais efetiva o desenvolvimento de políticas de combate ao preconceito, racismo e discriminação.

O processo de escravização, seguido pelas teorias raciais que orientaram o pensamento social durante décadas, se consubstanciaram nos desafios encontrados pelos negros no período pós-abolição. Desafios para uma organização de resistência contra um racismo difícil de ser explicitado, pois, mesmo após a superação da visão do negro enquanto mercadoria (escravidão), houve ainda o racismo científico, que estimulava o branqueamento da população por meio da mestiçagem e, em seguida, a construção de uma ideia de harmonia entre as raças, a chamada democracia racial. Essas questões influenciaram e ainda repercutem na estrutura de nossa sociedade e na própria organização uníssona entre pretos e pardos.

O povo negro encontra, em cada momento e ainda na atualidade, atualizações das formas de opressão, bem como estratificações destas na estrutura de dominação posta pelo sistema. As desigualdades permanecem assim como as formas de luta e resistência, que vão se atualizando de acordo com as ferramentas de que dispõem em cada momento histórico.

Percebe-se assim que a história de resistência e luta dos povos africanos e seus descendentes no Brasil é de longa data e não findou com a abolição da escravatura, em 1888, pelo contrário, novas formas de dominação foram impostas de tal modo que as formas de resistência continuam presentes e necessárias na agenda atual.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo Luso na América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**: os movimentos sociais na época da abolição. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. Coord. Maria Ligia Prado, Maria Helena Capelato. São Paulo: Atual, 1994.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis.RJ: Vozes, 1999.

REIS, João José. **Ganhadores – a greve negra de 1857 na Bahia,** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SANTANA, Olívia. **#VidasNegrasImportam As lutas antirracistas dos dias de hoje.** Curso Online Para entender raça e racismo: um raio x do Brasil. Escola de Formação Castro Alves. 2020. Notas de aula online.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.** MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). **Raça, ciência e sociedade** - Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. 252p.

SILVA, Orlando. **#VidasNegrasImportam As lutas antirracistas dos dias de hoje.** Curso Online Para entender raça e racismo: um raio x do Brasil. Escola de Formação Castro Alves. 2020. Notas de aula online.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.